
Gênero, Sexualidade e Diversidade na Escola

Hellen Tatianne A. Silva

Orientadora: Ana Flávia do Amaral Madureira

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo analisar as crenças de profissionais da educação básica sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar. A realização deste estudo é importante pelo fato de ainda existirem muitas pessoas que possivelmente por falta de conhecimento sobre o assunto diminuem, discriminam e julgam o outro por ser o que é, e a escola pode ser um ambiente propício ao desenvolvimento de conhecimentos acerca de gênero, sexualidade e diversidade. Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, com apresentação integrada de imagens previamente selecionadas, com três professores de ensino médio. Os resultados indicaram que os professores têm compreensão acerca do tema e que verificam que é relevante que estes temas sejam abordados no ambiente escolar e em parceria com a família. Os participantes evidenciaram ainda as dificuldades que são enfrentadas para que este assunto possa ser desenvolvido com os alunos, pois, algumas famílias consideram que estes valores vão de encontro com os valores familiares. Os resultados indicaram também que as diferenças de gênero que ocorrem nos dias atuais são um processo que deriva de uma construção social. Faz-se necessária a realização de outros estudos para que se verifique, de forma mais ampla, o posicionamento de professores acerca deste tema.

Palavras-chave: contexto escolar, gênero, sexualidade, heteronormatividade, preconceitos.

O ambiente escolar é o local onde as crianças e adolescentes passam boa parte do seu tempo e compartilham novas experiências diariamente, com isso pode-se perceber que dentro e fora deste contexto, ele exerce considerável influência em relação ao comportamento dos/as alunos/as. Apresenta-se então como problema de pesquisa a seguinte questão: Como a vivência no ambiente escolar pode tornar mais acessíveis discussões e debates acerca do tema gênero, sexualidade e diversidade, para que crianças e adolescentes os compreendam de forma elucidativa?

Quando se tem curiosidade sobre um assunto, busca-se conhecê-lo. A cada dia novos temas surgem e despertam interesse principalmente de adolescentes, e com o processo de identificação do próprio corpo não seria diferente. A questão das identidades de gênero e a definição da orientação sexual é algo que é imposto às pessoas desde seu nascimento, quando se escolhe as cores que as crianças devem vestir ou com quais brinquedos devem brincar. Louro (2009) afirma que este é o processo de

heteronormatização, que, “supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devam ser) heterossexuais” (p.90). Pode-se pensar ainda o sistema binário de gênero como algo que leva a questões como a homofobia e o sexismo que são preconceitos que se retroalimentam. (Louro, 2009, Junqueira, 2009)

O tema abordado no presente trabalho abarca ainda questões como os binarismos (Homem-Mulher/ Heterossexual-Homossexual) e como a mulher aparece de forma inferiorizada em relação ao homem em nossa cultura desde tempos antigos.

Desde pequenas, as crianças são ensinadas como deverão se portar quando adultas e até nos brinquedos dados a elas pode-se perceber diferenças. Os meninos ganham carros e bola que são brinquedos para se divertirem. As meninas ganham bonecas e utensílios de cozinha que são brinquedos para aprenderem como cuidar de casa. Isso ocorre de forma tão “natural” que as pessoas nem ao menos se dão conta de que estão reproduzindo o sistema patriarcal que apresenta a mulher como submissa ao homem.

A realização deste trabalho é importante pelo fato de ainda existirem muitas pessoas que possivelmente por falta de conhecimento sobre o assunto diminuem, discriminam e julgam o outro por ser o que é. O ambiente escolar pode trazer muitos esclarecimentos acerca de assuntos como a diversidade de sexualidade, gênero, raça, religião, classe, etc. para com os alunos/as, para evitar que os que se identificam como lésbicas, gays, transexuais, travestis não tenham medo/vergonha, e para os outros/as que não se identificam, ao menos respeitem.

Retrato da Violência: Homofobia em questão

Segundo o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013 que foi publicado em 2016¹, através do Disque Direitos Humanos (disque 100) “(...) foram reportadas 9,31 violações de direitos humanos de caráter homofóbico do total de violações no dia. A cada dia, durante o ano de 2013, 5,22 pessoas foram vítimas de violência homofóbica do total de casos reportados no país.” (p.13). Este relatório afirma ainda que os números apresentados não correspondem necessariamente à realidade, já que ali foram analisados apenas os números de denúncias feitas pela ouvidoria do SUS.

¹ O relatório pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf

A violência que ocorre diariamente contra pessoas que fogem à heteronorma é ainda mais forte contra pessoas que possuem outras características alvo de discriminação como apresenta o Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013 que foi publicado no ano de 2016: “O perfil da população LGBT mais vitimizada continua sendo o de jovens (54,9%), pretos e pardos (39,9%) do sexo biológico masculino (73%), gays (24,5%) e travestis/transsexuais (17,8%).” (p.77).

Na obra “Juventudes e Sexualidade” (UNESCO, 2004), são apresentados dados alarmantes de uma pesquisa em relação aos índices de rejeição contra homossexuais. Foram participantes deste estudo estudantes, pais e professores de quatorze capitais do Brasil. Em relação aos alunos, em Porto Alegre 42% deles apresentam preconceito contra homossexuais, enquanto na mesma capital apenas 13% das alunas o têm. Em uma escala de seis formas graves de violência onde se deveriam julgar quais ações eram mais violentas, entre as moças bater em homossexuais aparece em terceiro lugar, já entre os rapazes este tipo de ação violenta aparece em sexto lugar como não sendo tão grave que homossexuais sejam agredidos.

Ainda em Juventudes e Sexualidade (UNESCO, 2004), os pais demonstram ser tão preconceituosos quanto os filhos, 47,5%, em Fortaleza, e 22,2%, em Porto Alegre afirmaram que não gostariam que seus filhos tivessem um colega de escola homossexual. Comparando com as respostas de rejeição dos alunos e dos pais, os professores apresentam uma porcentagem menor em relação a este preconceito, quando questionados sobre não gostarem de ter um aluno homossexual os resultados foram: 5,9% no Distrito Federal a 1,9% em Porto Alegre.

A partir da apresentação destes indicadores estatísticos pode-se ter uma noção do quanto é necessário que haja maior sensibilização por parte da comunidade escolar para que este assunto seja tratado com naturalidade e que as pessoas não sofram mais quando se relacionarem com outra do mesmo gênero que o seu, optarem por uma religião de matriz africana ou simplesmente por pertencerem ao “sexo frágil”.

Processos Identitários, Gênero e Heteronormatividade

Ao adentrar no tema gênero, sexualidade e diversidade, entramos em contato também com questões relativas aos processos identitários que, segundo Woodward (2000), Louro (2009) e Galinkin e Zauli (2011), ocorrem a partir do momento que se delimita o que eu sou e o que o outro é. Nos sistemas binários, uma identidade só existe

quando a outra também existe, desta forma, quando se afirma ser algo supõe-se que esteja negando a possibilidade de ser o outro. Louro (2009) exemplifica isto afirmando que: “A heterossexualidade só *ganha sentido* na medida em que se inventa a homossexualidade. Então, ela *depende* da homossexualidade para existir.” (p.89. Grifos da autora).

Neste sentido, Woodward (2000) apresenta que a forma como um indivíduo se percebe e como os outros o percebem, pode afetar seu desenvolvimento enquanto sujeito numa sociedade que é capaz de torná-lo invisível apenas por sua definição de orientação sexual.

A diferenciação em termos de sexualidade é algo imposto às crianças desde seu nascimento através do sistema heteronormativo, sistema este que pode acarretar prejuízos sociais e violação de direitos humanos (Lionço & Diniz, 2009). Os prejuízos sociais que as pessoas que fogem à heteronorma podem sofrer são diversos, e entre eles está a evasão do ambiente escolar, especialmente nos casos de pessoas trans, que os torna incapazes, por exemplo, de conseguir um bom emprego por não possuírem nível de estudo satisfatório para o mercado de trabalho formal.

Franco e Cicillini (2015) focalizam em seu estudo o trajeto percorrido por professoras brasileiras trans durante o processo de escolarização das mesmas. Nesta pesquisa, são apontadas as principais dificuldades enfrentadas por elas. Diante da fala de uma participante da pesquisa, os autores afirmam que ela nunca era ouvida onde estudava, levava o caso para a secretaria da escola e eles a diziam para aceitar a situação e se acostumar. Após a discussão apresentada no estudo em questão fica evidente o fato de tantas pessoas trans abandonarem o contexto escolar.

Com toda a influência que as crianças sofrem por parte dos adultos, principalmente os meninos, tendem a reproduzir comportamentos que, segundo Felipe e Bello (2009), seria um “*esboço homofóbico*”, que chegam a cometer inclusive com eles próprios, pela constante vigilância para que não demonstrem comportamentos “afeminados”.

Historicamente, percebe-se que quando o homem quer se auto afirmar utiliza, frequentemente, atributos associados à feminilidade para qualificar gays, travestis, transexuais e lésbicas como inferiores (Borrillo, 2009, Lionço & Diniz, 2009). Com esta atitude, eles demonstram desprezo também pelas mulheres por considerarem que quem

possui características femininas seja menos merecedor de respeito. Este processo está ligado à masculinidade hegemônica que está ancorada na reprodução da homofobia e do sexismo, em que, “para eles, o ‘outro’ passa a ser principalmente as mulheres e os gays e, para merecerem suas identidades masculinas e heterossexuais, deverão dar mostras contínuas de terem exorcizado de si mesmos a feminilidade e a homossexualidade.” (Junqueira, 2010, p.70).

Entretanto, as condutas femininas permitem que as meninas/mulheres tenham maior contato umas com as outras, como o contato físico e a demonstração de afeto em público. Se os meninos/homens são observados com este tipo de comportamento, eles podem ser vistos como propensos a serem gays (Felipe & Bello, 2009).

O sistema heteronormativo incide principalmente sobre pessoas de gênero masculino, estes, que desde pequenos tendem a ser educados de forma a não demonstrarem sentimentos e afeto (Louro, 2009), fazendo com que cresçam sem a capacidade de aceitar chorar publicamente ou de demonstrar carinho por um amigo. No ambiente escolar, basta apenas um garoto parecer ser homossexual que já é apelidado de forma ofensiva pelos colegas de turma (Junqueira, 2009). Este é o resultado de um sistema ancorado na heteronormatividade e no sistema binário de gênero, que se reproduz a cada dia fazendo com que as pessoas se mantenham com a “cabeça fechada” para temas que tem urgência em serem discutidos abertamente.

Preconceitos e o Contexto Escolar: Uma Construção Social

Madureira e Branco (2007) ao discutirem questões relativas ao preconceito destacam que este “é um fenômeno que apresenta suas raízes no universo simbólico da cultura, nas relações de poder que perpassam as diversas instâncias sociais, apresentando, portanto, uma dimensão coletiva.” (p.87). O preconceito acaba servindo como barreiras culturais entre os indivíduos e grupos de uma sociedade (Madureira e Branco, 2007). Este quando posto em ação torna-se a discriminação, que seria quando pessoas colocam em prática comportamentos baseando-se em suas pré-concepções e se tornam agressivas e ofendem alguém por ser homossexual, negro e/ou pobre.

Um tipo de preconceito que será focalizado no presente trabalho é a homofobia, que segundo Borrillo (2009) é a “manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal” (p. 15). A pessoa homofóbica tende a disseminar ódio para com as pessoas que tem como orientação sexual a homossexualidade, e tendem a fazer com que outras pessoas acreditem que esta não é

uma forma de relacionamento “normal”, pois não está baseado na heteronorma (Borrillo, 2009).

Outro tipo de preconceito que acaba se tornando uma discriminação em muitas situações é o sexismo. Este é considerado como a norma que vigora entre os gêneros masculino/feminino, em que o masculino pode estar presente em contextos públicos e de lazer, e o feminino deve estar em contextos privados, domésticos (Borrillo, 2009, Bourdieu, 2005), a mulher assumindo o papel de cuidadora e sendo a única responsável por manter a casa limpa e organizada. (Parker, 1991)

Louro (1998) aponta que as estudiosas feministas tinham como objetivo tornar visível as mulheres que quase não executavam atividades fora do contexto doméstico (mulheres de classe média e classe alta), e quando isso acontecia “eram quase sempre (e até hoje, em boa parte) rigidamente controladas e dirigidas por homens” (p. 17). O forte cerceamento às mulheres para que continuem vistas como submissas aos homens ainda é recorrente nos dias atuais, sendo assim, é necessário que haja um ambiente para o desenvolvimento de ideias e discussões para que isso não ocorra.

A escola enquanto ambiente de construção de novos conhecimentos pode atuar na inserção de debates acerca de temas como: gênero, sexualidade e os preconceitos. Entretanto, Junqueira (2009) destaca uma das dificuldades enfrentadas ao afirmar que, apesar de os professores tentarem contribuir para que os preconceitos não se perpetuem, eles estão inseridos num sistema que funciona desta forma, heterossexista e sexista. Por isso, “as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola.” (Junqueira, 2009 p.30).

Outro fator que dificulta este processo, é que os/as professores/as, frequentemente, não estão devidamente preparados/as para enfrentarem as questões relacionadas a gênero e sexualidade e, muitas vezes, respondem a estas questões com suas opiniões próprias, sejam elas a favor ou contra os temas abordados (Madureira & Branco, 2015). As autoras apresentam como sugestão, que professores e professoras tenham contato com situações concretas sobre estes assuntos nos cursos de licenciatura, ou em um processo de formação continuada de professores, para que quando forem questionados respondam com algum embasamento teórico.

Nos livros didáticos apresentados, apenas se exploram relações heterossexuais, deixando escondidas as outras sexualidades, fazendo com que este assunto dificilmente seja conversado com as crianças/adolescentes, tornando-se, assim, um assunto tabu

(Lionço & Diniz, 2009). As autoras lembram ainda que: “Esse segredo em relação à própria vivência da sexualidade tem consequências para a saúde: não se pode saber ou ter informações sobre aquilo que não pode ser dito.” (p. 11). Com isso, observa-se a importância de que estes temas sejam tratados com esse público, que mesmo sendo crianças e adolescentes têm condições para compreender tais questões.

A escola, apesar de ser um ambiente onde as pessoas deveriam desconstruir suas visões e opiniões estereotipadas, é um lugar onde as pessoas perpetuam, muitas vezes, essas visões sem que elas mesmas percebam. As pessoas que se encaixam nos padrões heteronormativos acabam, muitas vezes, por discriminar e oprimir aqueles que fogem às regras causando-lhe um sofrimento que poderia ser evitado desde que houvesse respeito. (Junqueira, 2009)

Junqueira (2009) faz uma crítica ao afirmar que os professores tendem a tratar seus alunos, como se ali não pudesse ter uma criança ou adolescente que estivesse se indagando a respeito de sua sexualidade ou ao gênero que pertence. Segundo o autor, “(...) impera o princípio da heterossexualidade presumida” (p.31), onde não se leva em conta que possa haver homossexuais naquele ambiente.

Diante dos resultados obtidos em outra pesquisa realizada (Madureira & Branco, 2015), pode-se perceber o quanto existem professores que se sentem incomodados em falar sobre gênero e sexualidade por diversos fatores. Estes fatores podem ser: pelo próprio currículo que lhes é fornecido para trabalhar com os alunos, pelo fato de que algum responsável chegue a questionar à escola os conteúdos que seu filho está em contato, seja pelo fato de que o próprio professor não se sinta confortável em trabalhar estas questões.

Dificuldade no Processo de Aceitação de Si Mesmo

A postergação do processo de assumir sua orientação sexual, no caso de gays, lésbicas e bissexuais, geralmente ocorre pelo medo do que as outras pessoas possam falar. Esse julgamento geralmente ocorre de forma mais intensa no contexto escolar, que é o período em que as crianças e adolescentes, possivelmente, ainda não tiveram nenhum contato esclarecedor acerca de questões de sexualidade. Junqueira (2009) chama de “pedagogia do insulto”, a prática de ofensas entre eles, em que uns ofendem os outros das mais diversas formas e fazem com que os que não se encaixam nos padrões estabelecidos se sintam oprimidos.

Lionço e Diniz (2009) afirmam que: “muitos adolescentes que começam a reconhecer desejo por pessoas do mesmo sexo se sentem constrangidos pela desvalorização corriqueira da homossexualidade e tendem a omitir sua condição (...)”. (p.11). Enquanto os/as adolescentes tiverem que esconder suas orientações sexuais, inclusive no ambiente escolar por não serem aceitos, até mesmo por professores, estaremos assumindo todos os riscos que estes correm, seja por deixarem de frequentar a escola pela discriminação que sofrem ou por sentirem desejo de suicídio por não aguentarem mais viver num espaço de intolerância.

Este estudo tem como objetivo geral: Analisar as crenças de profissionais da educação básica sobre questões de gênero, sexualidade e diversidade no contexto escolar;

Os objetivos específicos são:

- Analisar a percepção de profissionais da educação sobre os estereótipos de gênero no contexto escolar; e
- Identificar, a partir do ponto de vista de profissionais da educação, quais as possíveis limitações para se tratar de questões de gênero, sexualidade e diversidade no âmbito escolar.

Metodologia

Minayo (2007) define metodologia como sendo “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (p.16). Esta autora defende ainda que para que a metodologia utilizada responda às questões estabelecidas, o pesquisador precisa ser criativo, e o próprio instrumento precisa ser claro e bem elaborado para que seja “capaz de encaminhar os impasses teóricos para o desafio da prática.” (p.16).

Em relação aos instrumentos na epistemologia qualitativa, Madureira e Branco (2001) afirmam que “os instrumentos deixam de ser vistos como um fim em si mesmos (instrumentalismo positivista) para se tornarem uma ferramenta interativa entre investigador e sujeito investigado.” (p.71). As autoras apontam a importância que o instrumento utilizado tenha sido bem elaborado para fazer com que entrevistador e participante interajam de forma a contribuir com a pesquisa sem que esta seja enviesada.

A utilização da metodologia qualitativa nesta pesquisa foi relevante, pois Minayo (2007) destaca que esta metodologia “trabalha com um universo de

significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (p. 21-22), sendo assim, as informações puderam ser coletadas de maneira mais aprofundada com cada participante, o que é fundamental devido a relevância do tema abordado.

Participantes

Foram selecionados três professores de Ensino Médio da rede pública de ensino de Santa Maria-DF. Uma professora, formada em Filosofia que trabalha na Secretaria de Educação há 19 (dezenove) anos, um professor formado em Sociologia que tem 14 (catorze) anos na Secretaria, e o outro professor formado em Filosofia e que está há 10 (dez) anos na Secretaria de Educação. Os participantes têm idades de 35 a 52 anos. Por questões éticas, os participantes tiveram seus nomes trocados por nomes fictícios a fim de preservar suas identidades pessoais. A professora de Filosofia teve seu nome substituído por Marta, o professor de sociologia, por Miguel e o professor de Filosofia, por Alexandre.

Materiais e Instrumentos

Para a realização da entrevista foram utilizados os seguintes materiais: caneta, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido impresso (TCLE), gravador de áudio e um *notebook*.

Os instrumentos foram: roteiro da entrevista semiestruturada contendo 11 (onze) questões e cinco imagens previamente selecionadas.

Procedimentos de Construção de Informações

A realização da pesquisa envolveu algumas questões éticas, como, por exemplo: o consentimento do/a participante para que ocorresse a gravação de áudio e a manutenção do sigilo a respeito das identidades pessoais dos/as participantes. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do UniCEUB.

A pesquisadora foi até a escola para verificar se havia interesse dos/as professores/as em participar da pesquisa, ocasião em que os três selecionados/a para este trabalho se dispuseram. Após este contato inicial foi agendada, via aplicativo de mensagens, a data da entrevista. Cada uma foi realizada de forma individual na escola em que os participantes atuam.

Antes de ser iniciada cada entrevista, a pesquisadora orientou melhor os participantes sobre a natureza da pesquisa, em seguida cada participante recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que fosse realizada a leitura e assinatura do mesmo, não restando dúvidas por parte dos participantes a entrevista foi iniciada.

Procedimentos de Análise

Neste estudo para que a análise pudesse ser realizada as entrevistas foram transcritas e a partir dos objetivos geral e específicos da pesquisa, foram criadas categorias analíticas temáticas que são utilizadas para orientar o trabalho de análise do pesquisador. Gomes (2007) defende que trabalhar com categorias “significa agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito capaz de abranger tudo isso.”. Neste sentido, as categorias construídas foram:

- As crenças dos/as participantes acerca de gênero, sexualidade e diversidade na escola;
- Gênero na sociedade brasileira atual: a perspectiva dos participantes; e
- Desafios a serem enfrentados na abordagem das questões de gênero, sexualidade e diversidade na escola.

Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados mais significativos da pesquisa realizada a partir das categorias analíticas temáticas mencionadas anteriormente, com suas respectivas análises baseadas nas respostas apresentadas pelos participantes da pesquisa.

As crenças dos/as participantes acerca de gênero, sexualidade e diversidade na escola.

Quando questionados sobre o que eles entendem por gênero, Marta e Miguel apresentaram uma resposta que vai de encontro à discussão apresentada por Carvalho (2008) onde se afirma que o termo “gênero tem sido cada vez mais usado para referir-se a toda construção social relacionada à distinção e hierarquia masculino/feminino, incluindo também aquelas construções que separam os corpos em machos e fêmeas, mas indo muito além disso.”(p.92). O professor Alexandre não foi nesta mesma direção

em sua resposta e em alguns momentos confundiu o que seria gênero, com sexo. Madureira e Branco (2015) afirmam que os/as participantes de sua pesquisa apresentavam esta dificuldade e só conseguiam refletir sobre gênero a partir de exemplos concretos apontados pela pesquisadora.

Numa questão que tinha como objetivo identificar se os profissionais delegavam à escola ou à família o dever de ensinar questões sobre gênero e sexualidade, os três professores concordaram que tem que ser um trabalho em parceria, da escola com a família, para que as crianças e adolescentes tenham compreensão do que se tratam estes temas.

O professor Alexandre mencionou que: “(...) os dois tem que falar, mas a escola não pode fugir desse debate.” O que remete à discussão apresentada por Lionço e Diniz (2009), que apresentam que “(...) não se pode saber ou ter informações sobre aquilo que não pode ser dito” (p.11), salientando que o diálogo é necessário e tornando a escola um dos principais meios de informação para que seus alunos/as tenham conhecimento acerca de temas como gênero e sexualidade, já que algumas famílias não abrem espaço para este debate em seu núcleo. Se as crianças e adolescentes não tiverem um contato com estes temas nos ambientes que lhes seria propício para isso, eles irão buscar estas informações de outra forma, pois a curiosidade desperta o desejo pelo conhecimento.

Na discussão do estudo de Madureira e Branco (2015) é apresentada a dificuldade que alguns professores/as sentem em falar sobre gênero com seus alunos/as e, muitas vezes, não têm noção do que seja cada conceito dentro destes temas acerca de sexualidade, gênero e diversidade. As autoras sugerem ainda que: “as discussões sobre as questões de gênero seriam mais produtivas e significativas para os/as estudantes dos cursos de Licenciatura.” (p.582) visto que com conhecimento prévio, eles/as teriam um cuidado e adequação maior ao abordar gênero e sexualidade com seus/as alunos/as, sem utilizar as próprias concepções no debate.

Na questão acerca dos temas gênero, sexualidade e diversidade serem mais explorados na escola, todos/as os/as professores/as concordaram que este tema merece sim ser mais bem explorado. Isso fica evidente na fala do professor Miguel que afirma:

A educação serve pra desconstruir preconceitos, discriminações que já vem aí ao longo da história, acho que depende da escola sim, tão importante quanto matemática, quanto português, é saber de direitos né, saber de direitos

humanos, direitos fundamentais, direitos civis, políticos e sociais, de respeito à sexualidade, respeito ao gênero, a questão racial também.

A fala do professor Miguel remete à discussão desenvolvida por Lionço e Diniz (2009) que defendem que o sistema heteronormativo pode acarretar em prejuízos sociais e violações de direitos humanos. Como prejuízos sociais, identifica-se as dificuldades que os estudantes enfrentam para continuar frequentando o ambiente escolar, por encontrarem ali um ambiente pouco ou nada receptivo à sua condição de gay, lésbica ou trans. As violações de direitos humanos ocorrem a partir do momento que estes alunos passam a ser discriminados e ofendidos.

Esta dificuldade de continuar frequentando o ambiente escolar, mencionada anteriormente, se dá principalmente com pessoas trans ou travestis. Franco e Cicillini (2015) abordam em seu artigo a dificuldade que professoras trans enfrentaram em sua trajetória no ambiente escolar e acadêmico para alcançarem o grau de licenciadas. A partir da fala de uma de suas participantes que foi questionada, em seu primeiro dia de aula, sobre o que estaria fazendo naquele ambiente (universidade) o autor e a autora apontam que: “Naquele momento, os princípios da heteronormatividade foram acionados.” (p.325), uma vez que a participante sofreu por não se encaixar nos padrões heteronormativos.

Em uma situação hipotética apresentada aos professores, os mesmos deveriam responder se concordam ou não com a atitude de uma professora que partiu de suas convicções pessoais para orientar uma família sobre como cuidar do filho que apresentava interesse por brincadeiras de cozinha e vestir as roupas da mãe. Todos os professores rejeitaram a postura da professora e sugeriram encaminhar a família para o serviço de orientação educacional da escola e dar apoio sobre as questões que eles apresentavam dificuldade para desenvolver com o filho.

Diante desta situação hipotética, Marta afirma que há uma confusão na cabeça das crianças e adolescentes de que, se uma pessoa defende/faz uso de uma coisa que “não lhe pertence”, ela é aquilo que ela está defendendo. Frente a isso ela apresentou a seguinte fala: “(...) *é uma bandeira que eu defendo, e pra alguns alunos, eu defender a bandeira LGBT é eu ser, eu não preciso, eu não precisava ser negra pra militar, eu milito por que eu sou negra, mas eu poderia não ser né, mas assim, na cabecinha deles há essa confusão.*”

Junqueira (2009) aborda que: “a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (...)” (p. 14). O outro que não estivesse de acordo com os padrões da heteronorma, sendo assim, como a professora menciona, os alunos/as apresentam esta dificuldade de compreender que a defesa de algo não necessariamente implica ao pertencimento a este grupo identitário, podendo a pessoa defensora de um grupo que não lhe representa ser vista como traidora.

Na imagem de diferentes famílias (famílias de lésbicas com seus filhos, gays com os filhos e héteros com os filhos, dentre estas famílias inter-raciais) apresentadas aos participantes, todos disseram ter gostado das imagens e que representam nossa sociedade que aos poucos está mudando neste aspecto e consideraram como formas de amor essas novas formações de família.

Nesta categoria de análise se faz importante ressaltar um aspecto percebido nas entrevistas, em que um professor não nomeava as pessoas como elas são (gays, lésbicas, trans...) se referindo a essas pessoas/temas como: “esse assunto aí”, “esse tipo de coisa”, o que remete ao pensamento de que algumas pessoas apesar de serem esclarecidas sobre estes temas, ainda sentem que não podem falar, usar o termo adequado, por achar que podem estar ofendendo quem se caracteriza, se assume e se aceita daquela forma. Junqueira (2009) resalta a questão da visibilidade:

É importante nomear o que está sendo dito e discutido para visibilizar, dar vez e voz para este público. Essa invisibilidade a que estão submetidas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais comporta a sua exclusão enquanto tais do espaço público e, por isso, configura-se como uma das mais esmagadoras formas de opressão. (p. 30)

A questão da visibilidade pode ser vista de diversas formas. Bourdieu (2005) afirma que a invisibilização de sujeitos que fogem a alguma norma, pode estar relacionada ao não reconhecimento do outro com um indivíduo de direitos. Quando são expressas com as devidas palavras (negro/a, gay, lésbica, trans), questões relacionadas ao preconceito, discriminação e grupos minoritários, estes assuntos ganham visibilidade e fazem com que haja reflexão e conscientização de que, sim, estes grupos existem e estão presentes em qualquer lugar.

Gênero na sociedade brasileira atual: a perspectiva dos participantes

Quando questionados se concordavam com a afirmativa de que as meninas são mais frágeis que os meninos em determinadas atividades, e mais dedicadas em outras, os professores elencaram a questão biológica como exemplo do por que isso ocorre. Marta defendeu que a mulher tem, sim, algumas necessidades e situações específicas pelas quais os homens não passam e que podem torná-las mais frágeis. Porém, afirma que isto tem se modificado ao longo dos anos e, atualmente em nossa sociedade já temos mulheres caminhoneiras, mecânicas e na construção civil.

Alexandre ressaltou que o fato de se ter essa visão de que a mulher é mais frágil e mais organizada que o homem, é uma construção social, no sentido de acreditar que o gênero pode determinar o que cada um faz melhor ou pior que o outro. Oliveira e Madureira (2014) ressaltam que a partir dessas construções sociais e “práticas culturais cotidianas” (para. 28) de separação dos espaços que cada gênero deve ocupar, são acionados os “mecanismos diversos de atualização da heteronormatividade nas relações sociais.” (para. 28) fazendo referência ao que cada um “deve fazer” de acordo com o gênero ao qual pertence.

Em relação às diferenças entre masculino e feminino, Parker (1991), apresenta que esta questão das diferenças encontram-se principalmente na anatomia, mas que se observado mais a fundo é: “apenas o primeiro passo num processo de elaboração cultural muito mais extenso que, no fim, transforma a evidentemente natureza do corpo humano num conjunto de distinções socialmente significantes: as relações hierárquicas de gênero na sociedade brasileira” (p. 63-64). Estas relações hierárquicas se apresentam como violações dos direitos femininos nos contextos de trabalho e principalmente no ambiente doméstico, onde muitas mulheres sofrem abusos por parte de seus companheiros².

Ao serem questionados a respeito de considerarem que homens e mulheres são tratados de forma diferente em nossa sociedade, todos os participantes afirmaram que ainda existe, sim, um tratamento diferenciado em relação à mulher e ao homem. Essa visão vai de encontro aos valores sociais e culturais transmitidos de geração em geração de que o homem pode estar num ambiente público e a mulher deve estar no contexto

² No primeiro semestre deste ano (2016), o Ligue 180 recebeu 67.962 relatos de violências, 67.63% aconteceram em um relacionamento heterossexual. Em 41% dos casos, a relação do casal durou mais de 10 anos, e em 39,34%, a violência é diária. Dados obtidos no seguinte endereço eletrônico: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/12/pesquisa-traz-dados-sobre-violencia-domestica-em-mulheres-nordestinas>

doméstico. Marta apresenta uma fala que exemplifica o que foi respondido por todos os participantes, e está em sintonia com a discussão desenvolvida por Borrillo (2009), Bourdieu (2005) entre outros autores. De acordo com Marta:

“O tratamento é desigual, na infância a gente vê isso, na adolescência, o menino tem mais acesso à vida pública, a rua, aos brinquedos, ao lazer, e as meninas não, são educadas são preparadas para cuidar da casa, pra chegar da escola e ajudar a mãe na cozinha e ajudar arrumar a roupa e tal, e o menino sempre foi tratado de forma mais independente porque é homem não precisa fazer a tarefa doméstica.”

Louro (1998) apresenta em sua discussão aspectos relevantes para a compreensão de como a mulher era (e ainda é) invisibilizada e sempre colocada sob a supervisão de um homem que atestasse que o que ela estava fazendo estava certo. As mulheres são, frequentemente, relacionadas aos contextos domésticos e a serem passivas e os homens aos contextos públicos e serem ativos (Borrillo, 2009, Parker, 1991, Welzer-Lang, 2001).

Na apresentação da imagem de casais (Casais de lésbicas, casais héteros, casais gays, dentre estas relações inter-raciais), Marta chamou atenção para o casal lésbico que apresentava uma menina branca e uma negra, em que ambas eram gordas. Ela explicou que essa imagem lhe chamou mais atenção pelo fato de que: *“numa sociedade como a nossa ocidental, homofóbica, racista, sexista e machista, ser mulher já é danado, ser negra e mulher, homossexual e ser gorda ela falha a qualquer padrão e a sociedade vai torná-la alvo de muito mais preconceito”*.

A percepção da professora remete à discussão de Lionço e Diniz (2009) quando abordam a questão de se manter em sigilo a condição homossexual por medo de que possa ser oprimido na sociedade, e essa imagem, como a professora salientou, apresenta além da homossexualidade, outras características que são alvo de discriminação na nossa sociedade.

Ainda nesta imagem de casais, o que mais chamou a atenção de Miguel foi a imagem do casal hétero que apresenta uma mulher negra com um homem branco, pois ele afirma que: *“A mulher negra por ser casada com um homem branco, ela sofre muito mais preconceito, que a mulher branca casada com um homem negro, muito mais...”*. Miguel apresenta este discurso, pois, acredita que por uma mulher negra estar com um

homem branco, ela pode ser vista como “interesseira” por parte da família do rapaz. O que leva a uma reflexão a partir de dados históricos, em que as mulheres negras, escravas, apareciam grávidas dos senhores brancos e eram vistas como “aproveitadoras”, quando, segundo Parker (1991), os patriarcas possuíam liberdade sexual e mantinham relações sexuais com sua mulher e com as concubinas, o que nos leva a imaginar que a grande mestiçagem do nosso país está relacionada à violência sexual contra mulheres negras escravas.

Franco e Cicillini (2015) citam em seu artigo o fenômeno de “sinergia de vulnerabilidades” descrito por Richard Parker (2000), a partir deste fenômeno, pode-se pensar nos marcadores identitários não apenas como categorias isoladas, eles articulam-se entre si. Este é um conceito que leva à dinâmica entre as diferentes posições de vulnerabilidade que as pessoas podem ocupar, como as mulheres negras citadas anteriormente. O racismo, o preconceito e a discriminação não são um problema só da população negra, ou só das mulheres, é um problema da sociedade para além do fato de a pessoa ter ou não um pertencimento identitário ligado a esses grupos.

É necessário que haja um esforço maior para desconstruir o argumento que estas questões (LGBTfobia, sexismo, racismo) interessam somente às minorias, quando na verdade deveriam interessar a toda sociedade. Estes temas que estão sendo invisibilizados levam ao preconceito, à discriminação e por que não mencionar os homicídios que ocorrem pela simples falta de empatia e compreensão do outro como um ser legítimo que pode se expressar e viver no mesmo ambiente com os que se julgam superiores a eles.

Desafios a serem enfrentados na abordagem das questões de gênero, sexualidade e diversidade na escola.

Quando questionados a respeito da existência de um documento da Secretaria de Educação do DF que regulamentasse o desenvolvimento de conteúdos acerca de gênero e sexualidade, as informações apresentadas pelos professores divergiram. Marta afirma que existe um documento que aborda no tópico de diversidade, gênero e sexualidade, porém este se apresenta para ser trabalhado em formato de projeto, o que a professora lamenta, pois afirma que: “a tendência é as escolas trabalharem menos ainda, já há um forte cerceamento, pessoas da sociedade, da própria escola que acham que trabalhar esses temas é promover a ideologia de gênero”.

Ideologia de gênero é um termo utilizado por diversos setores conservadores da nossa sociedade para desqualificar as discussões sobre gênero, levando a se pensar, no contexto escolar, que os professores que trabalham este tema estariam tentando “doutrinar” os alunos a seguirem uma sexualidade diferente da heterossexual, como afirma Miguel:

a escola ainda paga o preço de ser um espaço de doutrinação de sexualidade que é mentira né, acaba prevalecendo também essa ideia errônea também que a escola é um espaço que incentiva né, a devassidão, a pouca vergonha. Esse é o preço que a gente paga por tentar acolher todos eles né, qualquer um.

Quando o professor Alexandre foi questionado se já sentiu que alguns professores tentaram se “esquivar” do assunto para não trabalhar com seus alunos e se ele identificava essa esquivas como um processo de preconceito ou discriminação ele respondeu que sim. Alexandre afirmou que: “o professor achar que não é tema da aula dele, que não deve falar por que é uma questão da família” pode levá-lo a se omitir em relação a temas que podem ser discutidos dentro de qualquer disciplina desde que o professor saiba como trabalhar com seus alunos. Miguel afirma que não tem um documento da secretaria de educação que obrigue a abordagem destes temas em sala de aula, mas afirma que está dentro da matriz curricular de sociologia as temáticas acerca de diversidade, gênero e sexualidade.

Um ponto importante apresentado pelos professores que são, às vezes, impeditivos para trabalhar esta temática é o fato de os pais questionarem o porquê de seus filhos estarem em contato com esse tipo de conteúdo e apresentarem como justificativa que a escola está indo de encontro aos valores da família. Exemplo da fala do professor Alexandre: “a família que o professor falar um assunto, um tema dentro da sexualidade que vai de encontro aos valores da família, aquele professor pode ser inclusive punido”. Isto pode ser observado, também, no estudo de Madureira e Branco (2015) que as autoras mostram as dificuldades apresentadas pelos professores para que estes temas sejam tratados nas escolas.

Outra dificuldade encontrada pelos participantes da pesquisa é o enfrentamento ao comportamento homofóbico dos alunos que demonstram comportamentos de discriminação para com os colegas que são ou aparentam ser homossexuais. A fala do professor Miguel ilustra esta situação: “eles acham que é uma brincadeira, apelidar

alguém de termos chulos como ‘viado’, ‘sapatão’ né, e acham que é apenas uma brincadeira inofensiva”. Essa é uma construção social que vem de fora da escola e faz com que estes comportamentos sejam perpetuados pelos alunos no ambiente escolar. Gusmão (2003), afirma que:

“a escola, mais que um espaço de socialização, torna-se um espaço de sociabilidades, ou seja, um espaço de encontros e desencontros, de buscas e de perdas, de descobertas e de encobrimentos, de vida e de negação da vida. A escola por esta perspectiva é, antes de mais nada, um espaço sociocultural.” (p. 94)

Considerações Finais

Os dados estatísticos apresentados no início deste artigo mostram que no ano de 2013 ocorreram cerca de 9,31 violações de direitos humanos de caráter homofóbico por dia, e que 5,22 pessoas sofreram violência homofóbica por dia neste mesmo ano. A partir disto, apresenta-se a urgência com que este tema deve ser explorado e debatido principalmente no ambiente escolar, pois, é neste ambiente que as pessoas podem adquirir a parte conhecimentos significativos, na direção do pensamento crítico e reflexivo.

Os objetivos determinados no início da pesquisa puderam ser alcançados, contudo, esta teve suas limitações por se tratar de um trabalho que foi realizado num curto período de tempo, sendo uma disciplina do curso de Psicologia do UniCEUB, que ocorre em apenas um semestre letivo.

É necessário que haja uma maior sensibilização por parte dos profissionais de educação, realizando cursos de formação acerca de temas sobre gênero e sexualidade, para conseguir lidar com as crianças e adolescentes que estão em fase de aceitação e reconhecimento de si mesmos sem que estes se sintam rejeitados, excluídos e oprimidos por assumirem sua verdadeira condição de gays, lésbicas, bissexuais, entre outros.

Após a realização desta pesquisa sugere-se que sejam realizados novos estudos com um número maior de participantes, que ministrem outras disciplinas, e com menor tempo de atuação. Pode-se investigar se os novos profissionais estão capacitados a desenvolver os assuntos sobre gênero, sexualidade e diversidade, já que é um tema relevante na atualidade, e que mesmo assim ainda há profissionais que não demonstram

capacidade de lidar com este assunto de forma a favorecer o desenvolvimento de ideias nas crianças/adolescentes sobre gênero, sexualidade e diversidade.

O ambiente escolar pode ser um grande aliado na formação e disseminação de conhecimentos acerca de temas como gênero, sexualidade e diversidade desde que haja profissionais verdadeiramente motivados a enfrentar as dificuldades de um sistema homofóbico, racista e sexista que exerce sua força de forma intensa sobre quem “foge” as normas impostas por ele.

Referências Bibliográficas

Abramovay M., Castro M. G. & Silva L. B. (2004) *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO Brasil.

Borrillo, D. (2009). A homofobia. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: LetrasLivres / Editora da Universidade de Brasília.

Bourdieu, P. (2005). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Carvalho, M. P. (2008). Gênero na sala de aula: a questão do desempenho escolar. Em A. F. Moreira & V. M. Candau (Orgs.), *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas* (pp. 90-124). Petrópolis - RJ: Vozes.

Felipe, J. & Bello, A. T., (2009). Construção de Comportamentos Homofóbicos no Cotidiano da Educação Infantil. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.

Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346.

Galinkin, A. L. & Zauli, A. (2011). Identidade social e alteridade. Em C. V. Torres &

- E. R. Neiva (Orgs.), *Psicologia Social: principais temas e vertentes* (pp. 253-261). Porto Alegre: Artmed.
- Gomes, R. (2007). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Gusmão, N. M. M. (2003). Os desafios da diversidade na escola. Em N. M. M. Gusmão (Org.), *Diversidade, cultura e educação* (p. 83-105). São Paulo: Biruta.
- Junqueira, R. D. (2009). Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. Em R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 13-51). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Junqueira, R. D. (2010). Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do currículo*, 2(2), 208-230.
- Lionço, T. & Diniz, D. (2009). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. Em T. Lionço & D. Diniz (Orgs.), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp.47-71). Brasília: LetrasLivres / Editora da Universidade de Brasília.
- Louro, G. L., (2009). Heteronormatividade e Homofobia. Em R. D. Junqueira (Org.) *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp.85-93) Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO.
- Louro, G. L.. (1998). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em Psicologia*, 9(1), 63-75. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v9n1/v9n1a07.pdf>

- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007) Identidades Sexuais Não-hegemônicas: Processos Identitários e Estratégias para Lidar com o Preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23 n. (1), pp. (081-090)
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2015). Gênero, sexualidade e diversidade na escola a partir da perspectiva de professores/as. *Temas em Psicologia (Ribeirão Preto)*, 23(3), 577-591.
- Minayo, M. C. S. (2007). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-29). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Oliveira, M. C. S. L. & Madureira, A. F. A. (2014). Gênero e Psicologia do Desenvolvimento: quando a ciência é utilizada como força normatizadora das identidades de gênero. *Labrys (Edição Française. Online)*, 26. Disponível em: <http://www.labrys.net.br/labrys26/psy/maria%20claudia.htm>
- Parker, R. G. Homens e Mulheres. In: PARKER, Richard. G. (Org.) *Corpos Prazeres e Paixões: A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller 1991, pp. 55-107
- Portal Brasil, Pesquisa traz dados sobre violência doméstica em mulheres nordestinas. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/12/pesquisa-traz-dados-sobre-violencia-domestica-em-mulheres-nordestinas>. Acesso em: 29 set. 2017.
- Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. (2016). *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013*. Retirado de www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas* 9(2), 460-482.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: Uma introdução conceitual. In T. T. Silva (Ed.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes.